

Pediram-me que vos falasse sobre «ciência como ofício e vocação». Ora, nós, os economistas políticos, temos um hábito pedante, a que eu gostaria de me manter fiel, de começar sempre pelas condições externas de uma questão, portanto, neste caso: como se apresentam as condições da ciência como ofício e vocação, no sentido concreto do termo? Nos dias de hoje isto equivale, em termos práticos, a perguntar como se apresenta a situação do estudante que terminou os seus estudos e está decidido a dedicar-se à carreira científica no âmbito universitário. Para compreender em que consiste a especificidade do contexto alemão, é necessário vê-lo em termos comparativos face ao que se verifica no estrangeiro. Deste ponto de vista, os Estados Unidos apresentam o contraste mais nítido em relação à Alemanha.

Na Alemanha, como todos saberão, a carreira do jovem que se dedica à ciência começa normalmente pelo posto de *Privatdozent*. Depois de consultar os especialistas da respetiva disciplina, e após o seu consentimento, submete-se a um exame formal, com base numa obra por si apresentada, perante o júri da universidade. A partir desse momento, pode dar as suas aulas, escolhendo ele próprio o tema no âmbito da sua *venia legendi*<sup>\*</sup>, sem receber qualquer salário fora das propinas dos seus estudantes. Nos Estados Unidos, a carreira começa normalmente de forma

\* Autorização para a docência de uma determinada disciplina numa universidade. (N. T.)

muito diferente, nomeadamente com o cargo de «assistente», o que é semelhante ao que sucede nos grandes institutos de Ciências Naturais e nas faculdades de Medicina, onde a habilitação formal ao cargo de *Privatdozent* é procurada só por uma fração dos assistentes e bastante mais tarde. Esta diferença significa na prática que, na Alemanha, a carreira de um homem de ciência se constrói sobre pré-requisitos plutocráticos. De facto, é extremamente arriscado para um jovem investigador que não tenha meios de subsistência expor-se às condições da carreira académica. Tem de poder subsistir pelo menos alguns anos sem ter qualquer certeza de que possa vir a ter a oportunidade de ocupar um cargo que lhe garanta o sustento. Nos Estados Unidos, pelo contrário, existe um sistema burocrático em que o jovem docente tem direito a um salário desde o início, ainda que modesto. Em regra, o salário mal corresponde ao do trabalhador não qualificado. No entanto, começa com uma posição aparentemente segura, pois recebe um salário fixo. Porém, por via de regra, pode vir a ser dispensado, tal como os assistentes alemães, e terá de ter esse aspeto em conta caso não corresponda às expetativas. E em que consistem estas expetativas? Que tenha «salas cheias». Tal não acontece a um *Privatdozent* alemão. Uma vez no seu posto, não é possível tirá-lo de lá. É certo que não faz «reivindicações», mas tem a noção compreensível de que possui uma espécie de direito moral a algum tipo de consideração. Também tem a expetativa — o que é muitas vezes importante — de que esta situação seja tida em consideração no momento da eventual «habilitação» de outros *Privatdozenten*. A questão de saber se se há de conceder a «habilitação» a todos os investigadores com provas dadas ou se se deve ter em conta as «necessidades do ensino» constitui um dilema difícil de resolver. Prende-se com o aspeto dual da profissão académica, que discutiremos em seguida. Em geral, a decisão recai sobre a segunda alternativa. Porém, isto faz aumentar certos riscos, nomeadamente de que o professor titular da especialidade, por muito consciencioso que seja, tenha preferência pelos seus discípulos. Na minha experiência pessoal, tenho seguido o princípio de que um investigador que tenha feito a sua tese sob a minha

orientação deve fazer a sua «habilitação» com *outro* professor, numa outra universidade. Mas o resultado foi um dos meus melhores alunos ter sido rejeitado noutra universidade por ninguém *acreditar* ser essa a razão.

Outra diferença entre a Alemanha e os Estados Unidos é a de que, na Alemanha, o *Privatdozent* geralmente dá menos aulas do que desejaria. Pode dar qualquer curso da sua área de especialidade, de acordo com o seu direito formal. No entanto, fazê-lo pode ser encarado como uma falta de consideração por parte dos docentes mais antigos. Por via de regra, os cursos «grandes» ficam reservados para o professor titular e o *Dozent* contenta-se com os secundários. A vantagem é que, durante a juventude, pode dispor de algum tempo livre para o seu trabalho científico, ainda que algo involuntariamente.

Na América, as coisas estão organizadas de uma forma fundamentalmente diferente. É precisamente nos primeiros anos que o assistente tem uma sobrecarga de aulas, pelo simples facto de ser *remunerado*. Num departamento de Estudos Germanísticos, por exemplo, o professor titular dará um curso de três horas sobre Goethe e mais nada, ao passo que o jovem assistente se pode dar por contente se as suas doze horas semanais incluírem, para além de trabalhos práticos de língua alemã, algumas aulas sobre escritores de estatuto superior ao de um Umland, digamos. Quem preside à área científica fixa o programa e nisto o *assistant*, nos Estados Unidos, está tão dependente como o assistente de uma universidade alemã.

Temos visto ultimamente que a universidade se vai orientando claramente, em vastas áreas científicas, no sentido do sistema americano. Os grandes institutos de Medicina ou Ciências Naturais são empresas do «capitalismo de Estado», que não podem ser geridas sem fundos avultados. Deparamos aqui com o mesmo fenómeno que encontramos onde quer que as empresas capitalistas se implantem: a «separação do trabalhador face aos meios de produção». O trabalhador, portanto o assistente, fica dependente das ferramentas que o Estado coloca à sua disposição. Por conseguinte, fica tão dependente do diretor do instituto como um operário

fábrica do diretor da fábrica, uma vez que o diretor do instituto acredita, subjetivamente e de boa-fé, que o instituto é «seu» e dirige-o como bem entende. Portanto, o cargo de assistente é muitas vezes quase tão precário como qualquer outra existência de tipo «proletário» ou como o do *assistant* nas universidades americanas.

A vida universitária alemã está a americanizar-se, tal como, em geral, a nossa vida na Alemanha, em aspetos muito importantes. Esta evolução, estou convencido, irá alastrar-se também às disciplinas em que o trabalhador é dono das suas próprias ferramentas, essencialmente a biblioteca, como é o caso, em larga medida, na minha área de saber. Esta evolução, que está a avançar a passos largos, corresponde inteiramente ao que acontecia com o artesão no passado.

Não podemos negar as vantagens técnicas incontestáveis, como acontece em qualquer outra empresa com características capitalistas e burocráticas. Mas o «espírito» que lhes preside é diferente do velho ambiente histórico das universidades alemãs. Há um abismo a separar, externa e internamente, o chefe de uma empresa universitária capitalista desta dimensão e o professor titular de antigamente. Este contraste verifica-se também na atitude interior, questão que não irei aprofundar hoje. A velha *constituição* universitária tornou-se fictícia, tanto interna como externamente. Permaneceu, contudo, e aumentou de forma significativa até, um fator peculiar à carreira universitária: o puro *acaso*. É a ele que um *Privatdozent*, e sobretudo um assistente, devem a possibilidade de ascender alguma vez ao lugar de professor titular ou mesmo de diretor de um instituto. É verdade que a contingência não domina sozinha, mas domina de uma maneira invulgarmente elevada; não conheço praticamente nenhuma carreira no mundo em que tenha um papel tão importante. Posso afirmá-lo com certeza por eu próprio ter ficado a dever a circunstâncias particularmente fortuitas o facto de ter sido chamado, muito jovem ainda, a ocupar o lugar de professor titular numa especialidade em que os colegas da minha idade já tinham produzido indubitavelmente mais do que eu. E esta experiência deixa-me a convicção de que tenho um olhar mais apurado para entender o destino dos muitos

para quem o acaso funcionou, e continua a funcionar, ao contrário e que, perante estes processos de seleção, não conseguem, apesar da sua competência, chegar ao lugar que lhes caberia por mérito.

O facto de o acaso, mais do que a competência, assumir um papel tão relevante não se deve apenas, nem principalmente, a fraquezas humanas que interferem nesta seleção, tal como em qualquer outra. Seria injusto imputar às personagens menores das faculdades ou ministérios a responsabilidade pelo facto de haver tantas mediocridades a ocupar um lugar tão proeminente nas universidades. Devemos procurar a razão sobretudo nas leis da cooperação humana, especialmente a cooperação entre diferentes organizações e, neste caso, a cooperação entre faculdades que propõem candidatos e os ministérios que os nomeiam. Uma situação paralela, que podemos acompanhar ao longo de muitos séculos, é o procedimento de eleição do papa, o exemplo manifesto mais importante deste tipo de seleção pessoal. O cardeal considerado «favorito» raramente tem hipóteses de ser eleito. Por via de regra, é o candidato número dois ou número três que vence. O mesmo sucede com o presidente dos Estados Unidos. Só excepcionalmente é que o candidato número um, ao mesmo tempo o mais notável, é «nomeado», mais frequentemente é o número dois ou o número três a ser escolhido pela convenção do partido para disputar eleições. Os americanos têm já termos técnicos e sociológicos para designar estas categorias de candidatos e seria muito interessante analisar, a partir deste exemplo, as leis a que obedece uma seleção feita através da vontade coletiva; no entanto, não nos ocuparemos desta questão hoje. Estas leis também se aplicam às seleções de candidatos em contexto universitário. E o que nos deve surpreender não são os erros frequentes que se cometem, mas sim a quantidade de nomeações *corretas*, cuja proporção é, apesar de tudo, bastante considerável. Só nos países em que o parlamento ou os monarcas (o resultado é o mesmo nos dois casos), como a Alemanha até agora, ou os revolucionários que detêm hoje o poder, interferem em seleções académicas por razões *políticas*, é que podemos ter a certeza de que os medíocres e os arrivistas são os únicos com hipóteses de ser nomeados.